

ACORDO DE ACIONISTAS E OUTRAS AVENÇAS

entre

CCR S.A.

e

RuasInvest Participações S.A.

e, na qualidade de Interveniente-Anuente,

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Datado de02 de abril de 2018

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1805
(Esq. d/a R. Funchal) - Tel: 4945-0519/0058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentica a Presente
cópia fotográfica extrída, conforme
original, de 02 de 04 de 2018, do 16
S. Paulo

15º 04 ABR. 2018

Paulo Mor
ESCREVENTE/
NOTAS CONTRIB.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ACORDO DE ACIONISTAS E OUTRAS AVENÇAS

Este Acordo de Acionistas e Outras Avenças (o "Acordo de Acionistas" ou "Acordo") é celebrado entre:

- (i) **CCR S.A.**, companhia com sede na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("CCR"), e
- (ii) **RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, 5º andar, sala 02, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.101.196/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("RuasInvest");

CCR e RuasInvest referidas como "Acionistas", e, cada uma delas, individualmente referida como "Acionista";

e, como Interveniente-Anuente,

- (iv) **Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 4º andar – sala 4, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.938.085/0001-35, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social, doravante designada (a "Companhia").

Considerando que as Acionistas formaram o Consórcio VIAMOBILIDADE (CCR com 83,34% de participação e RuasInvest com 16,66%), o qual foi declarado vencedor da Concorrência (conforme abaixo definido) e o respectivo objeto adjudicado, conforme despacho do Secretário dos Transportes Metropolitanos publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17/03/2018, diante da manifestação da Comissão Especial de Licitação e do Parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, no âmbito da Concorrência, promovida pelo Estado de São Paulo, por meio da STM;

Considerando que a Companhia foi constituída recentemente pela CCR e RuasInvest, com o objetivo de tornar-se oportunamente a sociedade de propósito específico que deverá celebrar o Contrato de Concessão decorrente da Concorrência;

CARTÓRIO DO 15º J. de São Paulo, 1055
Av. Dr. Cardoso do Melo, 1055
(Esq. d/a R. Funck) - Anterior a Pm mte
AUTENTICAÇÃO
cópia representativa e tratada conforme
original apresentado, doite
S. Paulo.

04 ABR. 2018

Paulo Moreh,
ESCREVENTE
CUST. F. N. R. B. V. V.



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink, with the number 2 next to it.

Handwritten signature in blue ink.

Considerando que a celebração do Acordo de Acionistas constitui uma das condições precedentes para a celebração do Contrato de Concessão;

Considerando que as Acionistas desejam estabelecer seus respectivos direitos e obrigações com relação às ações, emitidas e a serem emitidas, representativas do capital social da Companhia; à administração e condução dos negócios da Companhia; e a alguns outros aspectos do relacionamento entre as Acionistas;

RESOLVEM, as partes, em consideração às premissas e avenças mútuas aqui contidas, celebrar o presente Acordo de Acionistas, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES

CLÁUSULA 1 DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

1.1. Definições. As seguintes palavras, expressões e abreviações com as letras iniciais em maiúsculas terão o significado atribuído a elas nesta Cláusula 1, exceto se expressamente indicado de forma diversa:

"Acionista" tem o significado indicado no Preâmbulo deste Acordo;

"Acionistas" tem o significado indicado no Preâmbulo deste Acordo;

"Acionistas Ofertadas" tem o significado indicado na Cláusula 8.1 deste Acordo;

"Acionista Ofertante" tem o significado indicado na Cláusula 8.1 deste Acordo;

"Acordo" significa este Acordo de Acionistas, juntamente com todos os seus anexos e respectivas alterações;

"Ações" tem o significado indicado na Cláusula 2.1 deste Acordo;

"Ações Ofertadas" tem o significado indicado na Cláusula 8.1 deste Acordo;

"Afiliada" significa, com relação a qualquer Pessoa, qualquer outra Pessoa que, a qualquer tempo, direta ou indiretamente, controle, seja controlada por, ou esteja sob controle comum com esta Pessoa, em que o termo "controle" deverá ser entendido como a propriedade, direta ou indireta, de valores mobiliários com direito

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Melo, 1005
(Esg. cl a R. Funchal)
AUTENTICAÇÃO - Autenticado
cópia representativa extrato, Sonom
original apresentado, ou fô.
S. Paulo

04 ABR 2018

Paulo Moreira Lima
ESCRIVÃO AUTORIZADO
MÉDIA



a voto que representem mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante de qualquer tal Pessoa, ou, ainda, controle conforme o Artigo 116 das Lei das Sociedades por Ações;

"CCBC" tem o significado indicado na Cláusula 21.2 deste Acordo;

"Cessão Parcial Autorizada" tem o significado indicado na Cláusula 8.8 deste Acordo;

"Companhia" tem o significado indicado no Preâmbulo deste Acordo;

"Concessão" significa a concessão objeto do Contrato de Concessão a ser celebrado oportunamente;

"Concorrência" significa a Concorrência Internacional nº 02/2016, promovida pelo Estado de São Paulo, por meio da STM;

"Conflito" tem o significado indicado na Cláusula 21.1 deste Acordo;

"Conselheiros" significa os membros do Conselho de Administração da Companhia;

"Contrato de Concessão" é o contrato a ser celebrado entre a Companhia e o Poder Concedente;

"Direito de Venda Conjunta" tem o significado indicado na Cláusula 9.1 deste Acordo;

"Diretor Presidente" significa o Diretor Presidente da Companhia, conforme definido nos documentos societários aplicáveis;

"Edital" significa o Edital da Concorrência Internacional nº 02/2016, promovida pelo Estado de São Paulo, por meio da STM;

"Estatuto Social" significa o estatuto social vigente da Companhia, conforme aprovado pelas Acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2018;

"Impasse" tem o significado atribuído no item 19.1 deste Acordo;



"Informação" tem o significado indicado na Cláusula 15.1 deste Acordo;

"Lei das Sociedades por Ações" significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores;

"Memorando de Oferta" tem o significado indicado na Cláusula 8.2 deste Acordo;

"Notificação de Conflito" tem o significado indicado na Cláusula 21.1 deste Acordo;

"Plano de Negócios" significa planejamento estratégico, bem como revisões anuais, da Companhia que engloba, mas não se limita, aos objetivos e estratégias para os negócios atuais e futuros, os quais estarão limitados ao objeto do Contrato de Concessão, da Companhia, seu respectivo orçamento, planos e investimentos, planejamentos de usos e fontes de recursos, a identificação dos principais responsáveis, os fatores críticos e outros aspectos necessários ao direcionamento das operações da Companhia, adotada a proposta apresentada na Concorrência, conforme Edital, como sendo o Plano de Negócios Original;

"Pessoa" significa um indivíduo, uma sociedade, uma sociedade limitada, uma sociedade por ações, uma corporação, uma associação, uma sociedade de fato ou sem personalidade jurídica;

"Poder Concedente" significa o Governo do Estado de São Paulo;

"Quórum Qualificado" tem o significado indicado na Cláusula 3.3 deste Acordo;

"Quórum Super Qualificado" tem o significado indicado na Cláusula 3.3 deste Acordo;

"Sistema de Transportes" significa o sistema de transportes objeto da Concorrência;

"STM" significa a Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM do Estado de São Paulo;

"Sobras" tem o significado indicado na Cláusula 8.4 deste Acordo;

"Transferência Autorizada" tem o significado indicado na Cláusula 8.6 deste Acordo.



CAPÍTULO II COMPANHIA

CLÁUSULA 2 AÇÕES VINCULADAS AO ACORDO

- 2.1. Sujeitam-se ao presente Acordo todas as ações do capital da Companhia de propriedade direta ou indireta das Acionistas, nesta data ou que vierem a sê-lo no futuro, inclusive, mas sem limitação, mediante subscrição, aquisição, bonificação, desdobramento ou grupamento (as "Ações").
- 2.2. Cada Acionista declara e garante, com relação às suas próprias Ações, que possui e é a legítima titular das Ações, conforme registro da Companhia, na proporção declarada no Anexo 2.2 deste Acordo, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus, restrições, direitos de preferência ou quaisquer obrigações de qualquer tipo, exceto por aqueles previstos neste Acordo, no Estatuto Social, no Contrato de Concessão ou no Edital.
- 2.2.1. As Acionistas se obrigam a manter entre si a mesma proporção de ações indicada no Anexo 2.2 durante toda a vigência deste Acordo, salvo se acordado de forma diversa entre as Acionistas ou se decorrente do não exercício do direito de preferência na subscrição pública de ações ou aquisição de Ações ou se decorrente da aplicação das penalidades previstas neste Acordo.
- 2.3. Todos os direitos das Acionistas decorrentes da titularidade das Ações serão exercidos em conformidade com os termos e condições aqui previstos.
- 2.4. As Acionistas concordam em não alienar, vender, ceder, transferir, onerar, gravar ou dispor ou dar em garantia de qualquer forma, no todo ou em parte, de suas respectivas Ações, exceto de acordo com o disposto neste Acordo.

CAPÍTULO III VOTO E ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 3 ASSEMBLEIAS DE ACIONISTAS

- 3.1. As Acionistas terão os poderes para decidir todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja das Assembleias Gerais de Acionistas,

CARTÓRIO DO 15º TABELADO
Av. Dr. Carlos de Melo, 1855
(Esq. d. R. Funchal) - Tel.: 3046.0515/3052-5114
AUTENTICAÇÃO - Autenticada a Presença
cópia, reprodução, extraída, conforme
original, insensível ao fogo
S. Paulo

15

04-ABR-2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
Trib. P. V. 11.123.7

Colegio Notarial
do Brasil
111237
AUTENTICAÇÃO
1059BB0561516

conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Estatuto Social ou por este Acordo.

- 3.2. As Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia serão convocadas conforme previsto no Estatuto Social ou a requerimento de qualquer Acionista, devendo tal requerimento ser acompanhado de pauta que contenha a descrição das matérias que serão discutidas e decididas na respectiva Assembleia Geral, toda a documentação pertinente às discussões e justificativa da necessidade e conveniência da análise e decisão sobre a matéria.

3.2.1. As Acionistas se comprometem a dispender seus melhores esforços para assegurar que seus representantes compareçam a todas as Assembleias Gerais de Acionistas.

- 3.3. A aprovação de qualquer matéria pelas Acionistas em Assembleia Geral da Companhia será efetuada por maioria simples de voto das Acionistas que comparecerem às respectivas Assembleias Gerais, ressalvado que a aprovação de qualquer das matérias listadas no item 3.3.1. exigirá os votos favoráveis de Acionistas representando, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do capital total votante da Companhia, em qualquer convocação ("Quórum Qualificado"), e a aprovação de qualquer das matérias listadas no item 3.3.2 exigirá os votos favoráveis de Acionistas representando, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital total votante da Companhia, em qualquer convocação ("Quórum Super Qualificado").

3.3.1. As seguintes matérias requerem a obtenção de Quórum Qualificado para aprovação:

- (i) alteração do Estatuto Social, exceto em caso de aumento de capital, na forma do item 3.3.2(iii);
- (ii) venda de ativos da Companhia que sejam essenciais para exploração de seu objeto social;
- (iii) autorização aos administradores para declarar falência ou requerer recuperação judicial ou homologação de recuperação extrajudicial;
- (iv) aprovação de qualquer alteração do Contrato de Concessão;

(v) redução de capital da Companhia, com ou sem entrega de bens ou dinheiro às Acionistas;

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esp. da - Fimchão) - Tel. 3045-0515/3050-5100
AUTENTICAÇÃO - cópia, reprodução extratex, cópia, reprodução extratex, original apresentado, etc. etc.
S. Paulo

15º

04 ABR. 2008

Paulo Mor
ESCREVENTE
CUSTAS CARTÓRIO

Colégio Notarial
do Brasil
Lima
1059BB0561517

LA
7

- (vi) alterações anuais ou revisões do Plano de Negócios, que impliquem aumento dos investimentos em montante consolidado de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), desde que: (a) não requeiram aportes de capital não previstos no Plano de Negócios; (b) tais investimentos sejam realizados em um período igual ou superior a 2 (dois) anos, de tal forma que o desembolso anual não ultrapasse o equivalente a 1/3 (um terço) deste valor; e (c) durante o período em que houver pagamentos pendentes de um investimento realizado dentro das condições precedentes citadas nesta cláusula, nenhum outro investimento não previsto no Plano de Negócios poderá ser contratado sem que seja obtida aprovação com quórum Super Qualificado. Neste caso, se houver ainda tais pagamentos pendentes relativos a investimentos não previstos e aprovados anteriormente, a aprovação no quórum Super Qualificado deverá ser adotada apenas se a soma desses investimentos aprovados conforme a regra prevista neste inciso (vi), e consequentemente não previstos no Plano de Negócios, tenha ultrapassado o valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (vii) resgate ou amortização de ações;
- (viii) ajuizamento de qualquer ação judicial perante o Poder Concedente ou o início de qualquer procedimento arbitral relacionado ao Contrato de Concessão;
- (ix) aprovação das demonstrações financeiras anuais;
- (x) participação dos administradores nos lucros e resultados da Companhia;
- (xi) destinação do resultado do exercício, a nomeação e destituição dos auditores independentes; e
- (xii) realização de investimentos em montante consolidado de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), previstos em alterações anuais ou revisões do Plano de Negócios, desde que: (a) não requeiram aportes de capital não previstos no Plano de Negócios; (b) tais investimentos sejam realizados em um período igual ou superior a 2 (dois) anos, de tal forma que o desembolso anual não ultrapasse o equivalente a 1/3 (um terço) deste valor; e (c) durante o período em que houver pagamentos pendentes de um investimento realizado dentro das condições precedentes citadas nesta cláusula, nenhum outro investimento não previsto no Plano de Negócios

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esp. Cl. a R. Funcinal) - Tel.: 3045-0515/3058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autenticado a presença:
cópia reprodutível extraída, conforme
original apresentado, nos 15
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

VÁLIDA QUANTO
COM O SEU
AUTENTICAÇÃO

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 3,50



poderá ser contratado sem que seja obtida aprovação com quórum Super Qualificado. Neste caso, se houver ainda tais pagamentos pendentes relativos a investimentos não previstos e aprovados anteriormente, a aprovação no quórum Super Qualificado deverá ser adotada apenas se a soma desses investimentos aprovados conforme a regra prevista neste inciso (xii), e consequentemente não previstos no Plano de Negócios, tenha ultrapassado o valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

3.3.2. As seguintes matérias requerem a obtenção de Quórum Super Qualificado para aprovação:

- (i) a criação de qualquer ônus ou gravame, seja de que natureza for, sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Companhia, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis;
- (ii) alterações anuais ou revisões do Plano de Negócios, que impliquem aumento dos investimentos em montante consolidado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (iii) aumento de capital ou emissão de qualquer instrumento ou valor mobiliário conversível em ações da Companhia, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, os termos de pagamento e forma de colocação, pública ou privada;
- (iv) abertura do capital da Companhia e suas condições;
- (v) aprovação da contratação e qualquer alteração aos contratos de fornecimento de equipamentos, operação ou manutenção do Sistema de Transporte objeto do Contrato de Concessão e que excedam R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social;
- (vi) realização de investimentos em montante consolidado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), não previstos no Plano de Negócios;
- (vii) qualquer transformação, fusão, incorporação, cisão, reorganização societária ou participação em grupo de sociedades envolvendo a Companhia;

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esp. da R. Funchal - Tel.: 3085.0515/2058.0100)
AUTENTICAÇÃO - Autenticada a presente
cópia fotográfica xerocada, conforme
original apresentado, em 15
S. Paulo,

15º 04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERDA - R\$



- (viii) concessão de avais, fianças ou qualquer outra garantia ou contragarantia nos termos do Estatuto Social;
- (ix) eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, observado o disposto neste Acordo;
- (x) criação de ações preferenciais ou aumento dos direitos e preferências das ações preferenciais eventualmente emitidas ou conversão de ações do tipo preferencial em ordinária e vice-versa;
- (xi) aprovação, previamente à sua celebração, de qualquer negócio entre a Companhia e qualquer Acionista ou Afiliada de qualquer Acionista ou outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico destes Acionistas ou de suas Afiliadas;
- (xii) constituição de subsidiárias ou controladas, bem como a participação da Companhia em qualquer outra sociedade, subscrição pela Companhia de capital social de qualquer outra sociedade ou aumento da participação da Companhia em qualquer outra sociedade;
- (xiii) dissolução, liquidação, partilha ou cessação do estado de liquidação da Companhia ou quaisquer de suas controladas, coligadas ou subsidiárias; e
- (xiv) fixação de política de dividendos ou sua alteração, bem como a distribuição de dividendos de forma diversa da estabelecida na política, observado que a destinação do resultado do exercício e a referida fixação da política de dividendos deverá sempre obedecer ao disposto na Cláusula 13 deste Acordo.

3.4. As Acionistas concordam que, no caso de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas de qualquer aumento de capital acima do menor valor entre (i) o valor total de aportes de capital previsto no Plano de Negócios, ou (ii) o valor total de aportes de capital previsto no Plano de Negócios conforme revisado de tempos em tempos, as Acionistas irão aprovar, na mesma Assembleia Geral de Acionistas, que os acionistas da Companhia terão um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de realização tal Assembleia Geral de Acionistas para exercer o seu direito de preferência para subscrição das novas ações da Companhia.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. da R. Funcheon) - Tel.: 3045-0515/2044-5100
AUTENTICAÇÃO - Autenticado
cópia reprográfica extraída conforme
original apresentado - 15/03/2018
S. Paulo.

15º 04 ABR. 2018

Paulo Moreira L.
ESCREVENTE AUTÓR
CUSTAS CONTRIB. P/ VENC.



CLÁUSULA 4 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4.1. Os assuntos e negócios da Companhia serão discutidos e aprovados pelo Conselho de Administração, em conformidade com as disposições deste Acordo e a legislação aplicável.

4.1.1. O Conselho de Administração será composto por até 5 (cinco) membros, um dos quais será designado Presidente, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

4.2 As Acionistas acordam que a eleição dos membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes deverá obedecer aos seguintes critérios:

- (i) CCR indicará 4 (quatro) membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente do referido Conselho de Administração;
- (ii) RuasInvest indica 1 (um) membro do Conselho de Administração;
- (iii) Se a RuasInvest reduzir sua respectiva participação para menos de 10% (dez por cento) do total das Ações com poder de voto perderá o direito de indicar qualquer membro para o Conselho de Administração; e
- (iv) Apenas no caso de uma Acionista adquirir de outra Acionista um bloco de ações representando pelo menos 10% (dez por cento) de Ações com poder de voto, esta Acionista passará a ter o direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração que antes cabia à outra Acionista.

4.2.1 No caso de admissão de novo acionista no quadro societário da Companhia que venha a deter mais de 15% (quinze por cento) de Ações com poder de voto, as Acionistas, por unanimidade, definirão uma sistemática de indicação de Conselheiros que se acomode à entrada deste novo acionista.

4.3 Os membros de Conselho de Administração elegerão o Presidente do Conselho de Administração, indicado pela CCR. As Acionistas concordam em exercer o voto a que têm direito suas Ações (ou fazer com que o direito de voto a que têm direito suas Ações seja exercido), pessoalmente ou por procurador, a favor das pessoas indicadas pela outra Acionista para a eleição em qualquer Assembleia Geral convocada para tal fim.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Melo, 1855
(Esq. c/ R. Funchal) - Tel.: 3045-016 / 3045-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentica a Presença
cópia reprográfica extratada, conforme
original apresentado, doravante,
S. Paulo,

15º 04 ABR. 2018

Paulo Moreira
ESCREVENTE AUT.
CUSTAS CONTRIB. P/V



Handwritten signature and circular notary seal.

Handwritten signature.

- 4.3.1 As Acionistas poderão, a qualquer tempo e por meio de notificação escrita às outras Acionistas, remover os membros do Conselho de Administração por elas respectivamente indicados. O substituto do membro do Conselho de Administração destituído será indicado pela mesma Acionista que havia indicado o membro destituído e as demais Acionistas deverão exercer o direito de voto de suas Ações a favor de tal remoção e substituição.
- 4.3.2 No caso de renúncia, morte ou invalidez permanente de qualquer membro do Conselho de Administração durante o mandato para o qual foi eleito, as Acionistas deverão convocar Assembleia Geral para indicar um substituto. O novo membro do Conselho de Administração será indicado pela Acionista que havia originalmente indicado o membro que renunciou, morreu ou se tornou permanentemente inválido e as outras Acionistas deverão exercer o direito de voto de suas Ações na Assembleia Geral convocada para este fim, em favor da pessoa indicada para referida substituição.
- 4.4 As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas nos termos do Estatuto Social ou por qualquer Conselheiro mediante uma notificação, por escrito e com comprovante de recebimento, aos demais Conselheiros com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data pretendida para a reunião em questão. A notificação especificará todos os assuntos a serem discutidos e votados na reunião e incluirá todas as informações relevantes necessárias à instrução dos conselheiros sobre tais assuntos.
- 4.4.1 Na primeira reunião do Conselho de Administração de cada mandato, serão estabelecidas as datas para as reuniões ordinárias do órgão, que só poderão ser alteradas por consenso entre Acionistas.
- 4.5 As deliberações do Conselho de Administração em relação a todas e quaisquer matérias de sua competência somente serão consideradas aprovadas se contarem com o voto favorável da maioria dos membros do Conselho de Administração, ressalvado que a aprovação de qualquer das seguintes matérias exigirá os votos favoráveis de 4 (quatro) membros do Conselho de Administração, sendo que um dos votos favoráveis será necessariamente do membro do Conselho indicado pela RuasInvest:
- (i) contratação de qualquer empréstimo, financiamento, obrigação, garantia de qualquer natureza (incluindo, mas sem limitação, a emissão pela Companhia de instrumentos de dívida e/ou valores mobiliários, debêntures, bônus de subscrição, opções de compra ou de partes beneficiárias), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza

CARTÓRIO DO 15º TABELADO DO NOTÁRIO
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1055
(Eq. of a 15 Funções Tel: 5044-1111)
AUTENTICAÇÃO - Autenticado o documento
cópia - reprodução exigida, conforme
original autenticado, conforme
S. Paulo

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira Lima
ESCRITÓRIO AUTORIZADO
CARTÓRIO DO 15º TABELADO DO NOTÁRIO
S. Paulo

11237
AUTENTICAÇÃO
1059BB0561522

realizados num mesmo exercício social, que supere a quantia de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não previstos no Plano de Negócios, assim como a aprovação dos custos relacionados;

- (ii) venda, arrendamento, transferência, oneração ou outra forma de alienação dos bens da Companhia, em valor superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais); e
- (iii) aquisição de quaisquer ativos (incluindo valores mobiliários) em valor superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não previstos no Plano de Negócios.

4.6. As reuniões do Conselho de Administração também serão consideradas entre presentes quando realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultada ainda, aos Conselheiros a manifestação na reunião por meio da submissão prévia de voto escrito ao seu presidente.

CLÁUSULA 5 REUNIÕES PRÉVIAS

5.1. As Acionistas se comprometem a exercer o direito de voto nas Assembleias Gerais e, por meio de seus Conselheiros, nas reuniões do Conselho de Administração sempre de modo uniforme, proferindo o mesmo voto, respeitadas as condições deste Acordo, em especial as constantes desta Cláusula.

5.2. Para deliberarem a respeito dos votos uniformes a serem proferidos em Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração, as Acionistas reunir-se-ão em reunião prévia no dia imediatamente anterior à Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração, no mesmo horário e local da realização destas. As decisões tomadas em reunião prévia serão tomadas por acionistas representando a maioria das Ações, exceto conforme disposto nas Cláusulas 5.5 e 5.6 abaixo.

5.3. À Acionista a quem couber a indicação do Presidente do Conselho de Administração caberá também, durante o prazo do mandato de seu indicado, convocar as reuniões prévias previstas nesta Cláusula, colher os votos dos Acionistas, registrar as deliberações em ata ou documento equivalente e

CARTÓRIO DO 15º TABELADO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel.: 3043-0515/3058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presente
cópia retransmitida extraída, conforme
original apresentado nos autos
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERCA - R\$ 10,00



comunicar às demais Acionistas o voto uniforme a ser proferido na Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração.

- 5.3.1. A reunião prévia será instalada em primeira convocação com a presença de todas as Acionistas, ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos mais tarde, com qualquer quórum, exceto nos casos em que se exigir maioria qualificada (Cláusulas 5.5 e 5.6) para votação das matérias, quando então essa será considerada o quórum mínimo. A ata ou outro documento de registro da deliberação deverá ser assinada por todas as Acionistas presentes na reunião prévia.
- 5.3.2. As manifestações de cada Acionista, quando a reunião prévia não for pessoal, deverão ser comunicadas por escrito, via fac-símile ou correio eletrônico, no mesmo dia da primeira convocação, devendo ser assinado o original da ata no dia da Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração por todas as Acionistas.
- 5.4. A mesa diretora dos trabalhos da Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, a quem a Acionista referida no item 5.3 comunicará o resultado da reunião prévia realizada nos termos desta cláusula. A Assembleia Geral não será instalada enquanto o seu Presidente não receber a comunicação referida neste item. A reunião do Conselho de Administração não será instalada enquanto o Presidente deste órgão não receber a comunicação referida no item 5.3.
- 5.5. Nas reuniões prévias, o voto uniforme a ser proferido por todas as Acionistas em Assembleia Geral será definido pelo voto de acionistas representando um Quórum Qualificado ou Quórum Super Qualificado, para a aprovação de qualquer das matérias listadas na Cláusula 3.3.
- 5.6. Nas reuniões prévias, o voto uniforme a ser proferido por todos os Conselheiros no Conselho de Administração será definido pelo voto de pelo menos 4 (quatro) Conselheiros, sendo que um dos votos favoráveis será necessariamente do membro do Conselho indicado pela RuasInvest, em qualquer das matérias listadas na Cláusula 4.5.
- 5.7. Se nas reuniões prévias não forem alcançados os quóruns referidos nos itens 5.5 e 5.6, seja por não aprovação da matéria ou pela ausência de Acionistas necessários para atingir o quórum qualificado, será declarado o impasse, a ser resolvido conforme previsto na Cláusula 19 deste Acordo.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE REGISTRO
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1500 - Jd. Paulista
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel.: (045) 3333-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, do fô
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. PJ VERGA - R\$ 3,50



- 5.8. Se qualquer dos membros do Conselho de Administração deixar de acatar a orientação sobre o exercício do voto, a Acionista que o indicou tomará imediatamente as providências necessárias para a sua substituição, convocando-se Assembleia Geral para destituição e eleição do cargo, observadas as demais condições deste Acordo. Em caso de omissão do Acionista responsável pela indicação do conselheiro que não acatou a orientação sobre o exercício do voto, qualquer Acionista poderá convocar Assembleia Geral para a destituição do referido conselheiro, ficando o cargo vago até a indicação de outra pessoa física para o substituir pelo Acionista a quem cabe promovê-la nos termos deste Acordo.
- 5.9. A abstenção ou mesmo o exercício do direito de voto em Assembleia Geral ou Conselho de Administração em desacordo com a presente Cláusula ou outra disposição do Acordo importará a nulidade da deliberação que assim for adotada, sem prejuízo de a parte interessada promover a execução específica da obrigação descumprida.

CLÁUSULA 6 COMITÊS DA COMPANHIA

- 6.1. A Companhia poderá instituir Comitês Técnicos, sem qualquer função executiva, que as Acionistas considerarem necessários para a condução dos negócios e as atividades da Companhia. O funcionamento de tais Comitês será regulado pelas regras que vierem a ser acordadas pelas Acionistas, quando da deliberação para criação de referido Comitê.

CLÁUSULA 7 DIRETORIA

- 7.1. A Companhia terá uma Diretoria, que será composta por 2 (dois) Diretores dentre os quais um será designado o Diretor Presidente, e outro Diretor sem designação específica. Os Diretores serão escolhidos e recrutados no mercado dentre profissionais competentes e especializados na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos ou de infraestrutura, de experiência comprovada e reputação ilibada. Os Diretores exercerão as atribuições a eles conferidas pelo Conselho de Administração e atuarão no âmbito das atribuições que lhes foram assim conferidas. Os Diretores serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, e exercerão suas funções até a eleição e posse de seus substitutos.

CARTÓRIO DO 15º CÍRCULO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Almeida, 1066
(Esq. d/a R. Funchal) - 740-3034-0000 - 740-3034-0000
AUTENTICAÇÃO - Atestado a presença
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, em 10/04/2018
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lira
ESCREVENTE AUTÓGR.
CUSTAS CONTRIB. P/VER.



F O E P

- 7.2. As Acionistas concordam, neste ato, que a Diretoria da Companhia terá poderes para decidir sobre qualquer investimento ou despesa cujo montante envolvido seja igual ou inferior ao montante equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais) considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social, desde que não previstos no Plano de Negócios.
- 7.3. As Acionistas poderão, a qualquer tempo e por meio de notificação escrita às outras Acionistas, solicitar a remoção de qualquer membro da Diretoria, mediante apresentação prévia de solicitação razoável e justificada, por escrito, às outras Acionistas (incluindo, sem limitação, resultante de negligência ou má conduta).

CAPÍTULO IV ACORDO SOBRE DIREITOS DE TRANSFERÊNCIA E DEMAIS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA 8 DIREITO DE PREFERÊNCIA E COMPRA E VENDA

- 8.1. As Acionistas não poderão dispor ou de qualquer outra forma transferir, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, suas respectivas Ações, durante toda a vigência deste Acordo, exceto na hipótese de se tratar de uma Transferência Autorizada ou Cessão Parcial Autorizada. Mesmo na hipótese de uma Transferência Autorizada, as Acionistas não poderão dispor ou de qualquer forma transferir, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, suas respectivas Ações, caso mencionada transferência viole quaisquer dos termos do Edital ou do Contrato de Concessão. Durante o prazo de vigência deste Acordo, nenhuma das Acionistas, seus respectivos sucessores ou cessionários autorizados (a "Acionista Ofertante") poderá dispor ou de qualquer forma transferir, direta ou indiretamente, de suas respectivas Ações no todo ou em parte (as "Ações Ofertadas") sem antes oferecê-las para os demais Acionistas (as "Acionistas Ofertadas"), que terão o direito de preferência na aquisição das Ações Ofertadas, na proporção de suas participações no capital social da Companhia. Referida oferta será feita de acordo com o procedimento descrito nesta Cláusula 8.
- 8.2. A oferta descrita nesta Cláusula será feita por meio de notificação escrita enviada pela Acionista Ofertante, a ser entregue às Acionistas Ofertadas, que terão prioridade na aquisição das Ações Ofertadas, de acordo com as disposições da Cláusula abaixo, estabelecendo o preço por ação das Ações Ofertadas, a

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cassiano de Sá
(Esq. d/a Função - Tel.: 3095-0515/050-5150)
AUTENTICAÇÃO - Autentico e verdadeiro
cópia reprográfica emitida, conforme
original apresentado para fe.
S. Paulo,

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/...



quantidade de Ações Ofertadas, as condições de pagamento, e quaisquer outros termos relevantes da venda ou transferência proposta. (o "Memorando da Oferta").

- 8.3. Durante o período de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da notificação descrita na Cláusula anterior, cada uma das Acionistas Ofertadas deverá informar individualmente à Acionista Ofertante, por escrito, se (i) deseja adquirir as Ações Ofertadas, na proporção da sua participação na Companhia, desconsiderada a participação da Acionista Ofertante, aquisição esta que será concluída de acordo com os termos previstos no Memorando da Oferta, ou (ii) recusa a aquisição das Ações Ofertadas.

8.3.1. Na hipótese de as Acionistas Ofertadas aceitarem a aquisição das Ações Ofertadas, referida aceitação deverá ser feita por escrito. A oferta de aquisição será considerada recusada pela Acionista Ofertada se a notificação de aceitação não for respondida no prazo de 30 (trinta) dias.

- 8.4. Na hipótese de alguma das Acionistas Ofertadas não exercer o seu direito de preferência, as Ações Ofertadas que não forem adquiridas por tal Acionista Ofertada ("Sobras") poderão ser adquiridas por qualquer uma das demais Acionistas Ofertadas.

8.4.1. As Acionistas Ofertadas terão direito de preferência sobre a aquisição da totalidade das Sobras, de acordo com a proporção detida por elas no capital social, descontada a participação da Acionista Ofertada que não exerceu o direito de preferência.

- 8.5. Na hipótese de as Acionistas Ofertadas deixarem de exercer o seu direito de preferência com relação às Ações Ofertadas, nos termos da Cláusula 8.3 acima, então a Acionista Ofertante terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da notificação de recusa, ou da data em que deveria ter sido recebida a notificação das Acionistas Ofertadas com relação à não aceitação da oferta, para concluir com um terceiro a venda das Ações Ofertadas nos termos e condições do Memorando da Oferta (ou por um preço por ação que seja superior ao preço especificado no Memorando da Oferta) para o terceiro interessado. Caso a alienação não ocorra durante tal prazo de 90 (noventa) dias corridos, então a Acionista Ofertante, caso ainda tenha a intenção de alienar as Ações Ofertadas, deverá reiniciar os procedimentos previstos nas Cláusulas 8.2 a 8.5.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1055
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3058-5100
AUTENTICAÇÃO - Consiste a Presente
cópia reproduzida extensa, conforme
original apresentado, do lo.
S. Paulo,

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira
ESCREVENTE AUT.
CUSTAS CONTRIB. P/V



8.5.1. O Memorando de Oferta previsto na Cláusula 8.2 acima, somente será válido para os fins desta Cláusula 8, se todas as condições abaixo estiverem presentes:

- (a) a oferta for irrevogável, intransferível e incondicional (exceto com relação à ocorrência de qualquer alteração na titularidade das Ações Ofertadas, tal como especificada no Memorando da Oferta, conforme o caso, à verificação de matérias de fato e à realização de uma auditoria de acordo com as práticas usuais, e outras condições usuais que não estejam no controle ou a critério da Acionista Ofertante);
- (b) o adquirente concordar em assumir todos os direitos e obrigações da Acionista que alienar as suas Ações com relação à Companhia, nos termos deste Acordo;
- (c) o adquirente obtiver até a efetiva aquisição das Ações, todas as aprovações regulatórias ou estatutárias relativas à aquisição das Ações Ofertadas.

8.6. As Acionistas não terão o direito de preferência contemplado nesta Cláusula com relação a quaisquer transferências e disposições de Ações feitas por qualquer Acionista em favor de qualquer uma de suas respectivas Afiliadas, observado o disposto abaixo ("Transferência Autorizada").

8.7. Na hipótese de uma transferência realizada em favor de qualquer uma de suas respectivas Afiliadas, a Acionista deverá (a) antes de transferir as Ações, concordar, por escrito, em não transferir suas ações, dividir, dispor do controle (como previsto na Lei das Sociedades por Ações) de referida Afiliada, de qualquer forma, sem antes fazer com que as Ações voltem a serem detidas pela Acionista cedente; (b) fazer com que a respectiva Afiliada se torne parte deste Acordo, nos termos do item 8.9 abaixo; e (c) concordar em permanecer conjunta e solidariamente responsável com sua Afiliada pelo cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 10 deste Acordo.

8.8. Caso seja identificado um potencial novo acionista pela CCR, as Acionistas concordam em ceder parte de sua participação na Companhia para o novo acionista até o limite de 10% (dez por cento) de participação total na Companhia, mediante diluição na forma constante do Anexo 8.8 deste Acordo, sendo que, se a participação do novo acionista for menor do que 10% (dez por cento), se aplicará o quadro constante do Anexo 8.8 de forma proporcional a efetiva participação do novo acionista ("Cessão Parcial Autorizada"). O novo acionista aderirá e

A

0

C

1

18

concordará com os termos e condições deste Acordo nos termos do item 8.9. abaixo.

8.8.1. No caso de Cessão Parcial Autorizada das Ações detidas pelas Acionistas na Companhia, na forma prevista na Cláusula 8.8 supra, o Anexo 2.2. deste Acordo deixará de ser aplicável, sendo que, neste caso, em conjunto com a assinatura do livro de transferência de ações da Companhia, será assinado acordo de acionistas entre as Acionistas e o novo acionista, em forma substancialmente similar ao presente Acordo.

8.9. Transferências ou cessões de Ações somente serão válidas e efetivas caso o cessionário concorde, por escrito e incondicionalmente, em aderir aos termos e condições deste Acordo e quaisquer alterações, como se fosse uma das partes originais deste Acordo e desde que não importem em qualquer violação ao Edital ou ao Contrato de Concessão.

8.10. Exceto conforme previsto na Cláusula 8.6 acima, nenhuma das Acionistas poderá gravar, empenhar ou criar qualquer ônus sobre suas respectivas Ações (inclusive dá-las em usufruto) sem a aprovação prévia e por escrito das outras Acionistas.

8.11. Quaisquer transferências de Ações ou quaisquer criações de ônus ou encargos sobre as Ações, em desacordo com as disposições deste Acordo, não serão válidos e a Companhia não registrará quaisquer tais transferências ou ônus.

CLÁUSULA 9 DIREITO DE VENDA CONJUNTA

9.1. Na hipótese de recebimento de um Memorando da Oferta, se a Acionista Ofertante for a CCR e se o Memorando da Oferta contemplar a venda de mais de 50% das Ações de titularidade da CCR, as Acionistas Ofertadas poderão (o "Direito de Venda Conjunta"), mediante notificação por escrito à CCR, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento de cópia do Memorando da Oferta, como condição preliminar a qualquer alienação das Ações Ofertadas pela CCR, exigir de eventual terceiro adquirente que a alienação das Ações Ofertadas englobe as Ações então detidas pelas Acionistas Ofertadas. O Direito de Venda Conjunta será proporcional, ou seja, em caso de exercício desse direito pelas Acionistas Ofertadas, estas terão o direito de alienar o número de ações oferecidas à venda pela CCR, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, por um preço por Ação igual ao oferecido no Memorando de Oferta, e de acordo com os mesmos termos e condições previstos no Memorando

CARTÓRIO DO 15º JUIZADO DE NÚMÉROS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1853
(Esq. c/ a R. Funchal) - Jd. Paulista - São Paulo - SP
AUTENTICAÇÃO - Autenticada a cópia
cópia representada por fé.
original apresentado em fé.
S. Paulo

15º

8 4 ABR 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R



de Oferta. Se qualquer das Acionistas Ofertadas deixar de notificar a CCR de sua intenção de exercer o seu Direito de Venda Conjunta, no prazo de 30 (trinta) dias corridos acima referido, então será considerado que a referida Acionista Ofertada deixou de exercer referido direito de forma irrevogável.

- 9.2. Na hipótese de alguma das Acionistas Ofertadas não exercer o seu Direito de Venda Conjunta, as demais Acionistas Ofertadas terão direito de exercer o Direito de Venda Conjunta em relação ao percentual a que a Acionista Ofertada que não exerceu o Direito da Venda Conjunta faria jus, ou seja, terão o direito de incluir proporcionalmente as suas ações na venda até o número de ações a que a Acionista Ofertada teria o direito.

CLÁUSULA 10 OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTOS; AUMENTOS DO CAPITAL SOCIAL; PRESTAÇÃO DE GARANTIAS E/OU CONTRAGARANTIAS

- 10.1. **Regra Geral.** Para consecução do objeto social da Companhia, cumprimento do Contrato de Concessão e atendimento do Plano de Negócios, as Acionistas envidarão seus melhores esforços para que a Companhia obtenha recursos, prioritariamente, pela contratação de financiamentos no País ou no exterior.

- 10.1.1. Em se tratando de financiamentos, a Companhia deverá fornecer garantias próprias ou obter de terceiros independentes as garantias necessárias à obtenção desses financiamentos, sempre estruturando os financiamentos de forma a eliminar ou limitar eventual direito de regresso dos financiadores contra as Acionistas.

- 10.2. **Prestação de Garantias e/ou Contragarantias pelas Acionistas.** As Acionistas decidirão pelo voto afirmativo de 95% (noventa e cinco por cento) das Ações com direito a voto sobre a prestação, bem como seus termos e condições, de garantias e/ou contragarantias necessárias para que a Companhia obtenha os financiamentos necessários para cumprir seu programa de investimento, de acordo com o estabelecido no Plano de Negócios. A obrigação assumida pelas Acionistas nesta cláusula está sujeita as seguintes condições:

- (i) as garantias e/ou contragarantias que vierem a ser oferecidas por cada uma das Acionistas deverão ser prestadas na proporção das Ações detidas por cada qual; e

- (ii) a obrigação de oferecer garantias ou contragarantias às obrigações da

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. d/a R. Funchal) - Tel. (11) 5055-0515/0558-5160
AUTENTICAÇÃO: cópia representada, conforme original apresentado; (19/11/10).
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira
ESCREVENTE AUTOR
CUSTAS CONTRIB. P/ VER



Companhia somente será exigível de qualquer uma das Acionistas se o oferecimento de garantias e/ou contragarantias não implicar solidariedade entre as Acionistas, quanto ao valor total ou mesmo parcial e demais obrigações garantidas.

10.2.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 10.3 abaixo, na hipótese de qualquer das Acionistas deixar de prestar, na proporção de suas Ações e nos termos decididos pelas Acionistas, as garantias e/ou contragarantias às obrigações assumidas pela Companhia, as demais Acionistas obrigam-se a complementar a garantia ou contragarantia não prestada, na proporção de suas Ações, desconsiderando-se as Ações da Parte inadimplente. Esta obrigação ficará sem efeito se obtida a execução específica, nos termos da Cláusula 10.3 abaixo.

10.3. **Penalidade para o descumprimento da obrigação de prestar garantias e/ou contragarantias.** A Parte que deixar de prestar, na proporção de suas Ações e nos termos aprovados segundo o disposto na Cláusula 10.2 acima, as garantias e/ou contragarantias às obrigações assumidas pela Companhia ficará sujeita às seguintes penalidades alternativas, sem prejuízo da execução específica da obrigação descumprida:

- (i) o pagamento de multa pecuniária em valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor que deveria ter sido garantido e/ou contragarantido pela Parte inadimplente. A multa deverá ser paga *pro rata* às demais Acionistas adimplentes, mediante transferência eletrônica de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária das Acionistas, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que a garantia e/ou contragarantia deveria ser prestada;
- (ii) a suspensão temporária do direito de voto em reuniões prévias e os direitos econômicos da Parte inadimplente. Os dividendos e/ou juros sobre capital a que tem direito a Parte inadimplente reverterão *pro rata* às demais Acionistas adimplentes, enquanto perdurar a inadimplência; ou
- (iii) a venda compulsória de Ações detidas pela Parte inadimplente, conforme procedimento estabelecido na Cláusula 10.4. abaixo. A quantidade de Ações a ser vendida compulsoriamente será determinada de forma a restabelecer a proporção entre a quantidade de Ações detidas pela Parte inadimplente em relação ao número total de ações emitidas pela Companhia e o valor total das garantias e/ou contragarantias em vigor

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso do Melo, 1955
(Esq. da R. Funchal) - Tel.: 3085-0515/3085-0516
AUTENTICAÇÃO - Autentica a cópia em
cópia reprográica extraída, com
original apresentado, do fe.
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 3,00



anteriormente prestadas pela Parte inadimplente em relação ao valor total das garantias e/ou contragarantias em vigor anteriormente prestadas pelos demais Acionistas.

Os direitos políticos e econômicos estarão suspensos pelo prazo em que perdurar a inadimplência. Na hipótese de qualquer das garantias e/ou contragarantias outorgadas pelas demais Acionistas, nos termos da Cláusula 10.2.2, vierem a ser exercidas pelos terceiros credores, a retomada dos direitos políticos da Parte inadimplente dependerá do pagamento, mediante transferência eletrônica de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária das Acionistas, à Parte que teve a garantia e/ou contragarantia exercida, do valor equivalente à parcela da garantia e/ou contragarantia que caberia à Parte inadimplente.

10.3.1. Na hipótese de suspensão dos direitos políticos da Parte Inadimplente, as demais Acionistas adimplentes terão o direito de, por decisão majoritária simples, substituir, ou fazer com que seja substituído em Assembleia Geral da Companhia, os Conselheiros indicados pela Acionista inadimplente.

10.3.2. A escolha da penalidade a ser aplicada à Parte inadimplente, dentre as penalidades previstas na Cláusula 10.3 e itens acima, caberá às Acionistas adimplentes, sendo possível cumular as penalidades previstas nos itens (i) e (ii) da Cláusula 10.3. A escolha deverá ser feita, em reunião especial, com voto afirmativo de Acionistas representando, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) das Ações com direito a voto, excluídas às Ações detidas pela Parte inadimplente. Será lavrada uma ata da reunião, que será assinada pelos representantes das Acionistas presentes que representem, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) das Ações com direito a voto das Acionistas adimplentes, e seu conteúdo será formalmente comunicado à Parte inadimplente, sendo título hábil e suficiente à imposição da penalidade então escolhida.

10.3.3. Na hipótese de determinado Acionista prestar garantia e/ou contragarantia, conforme aprovado nos termos da Cláusula 10.2, e posteriormente ficar impossibilitado de manter tal garantia e/ou contragarantia, não sendo possível a execução específica prevista na Cláusula 10.3 (inclusive, sem limitação, na hipótese de alteração do perfil de crédito do Acionista que possa prejudicar as condições do financiamento), tal Acionista inadimplente deverá apresentar ao financiador correspondente garantia que substitua, de forma satisfatória ao financiador,

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1645
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel.: 3045-0500
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reproduzida, conforme
original apresentado, dou fé.
S. Paulo,

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERDADE



a garantia e/ou contragarantia que deixar de prestar, tal como fiança bancária ou outro tipo de garantia aceitável e que não comprometa os termos do financiamento. Se tal substituição de garantia não for prontamente oferecida pelo Acionista inadimplente, e se o Acionista adimplente fornecer garantia própria em substituição da garantia do Acionista inadimplente, sem prejuízo e adicionalmente às penalidades previstas na Cláusula 10.3, o Acionista adimplente poderá cobrar do Acionista inadimplente, a título de indenização, (i) todos os custos e encargos decorrentes da prestação da garantia adicional que houver prestado em nome do inadimplente, calculados à taxa de mercado, nos limites da lei aplicável, e (ii) se ocorrer a cobrança ou execução de tal garantia adicional oferecida pelo Acionista adimplente, a totalidade dos valores pagos, danos e custos despendidos em decorrência da execução ou pagamento de tal garantia.

10.3.4. Para evitar dúvidas ou controvérsias futuras quanto à aplicação das penalidades estabelecidas nesta Cláusula 10.3 e itens acima, cada uma das Acionistas, neste ato, manifesta sua expressa, irrevogável e irretratável concordância quanto aos termos, condições e procedimento para imposição de penalidade estabelecidos neste Capítulo, declarando ser expressão integral da vontade de cada uma das Acionistas.

10.4. **Venda Compulsória de Ações.** As partes estabelecem que, para a hipótese de Venda Compulsória de Ações, o preço de compra e venda das ações será determinado com base no menor valor entre: o valor de mercado, o valor proporcional ao capital integralizado e o valor econômico das ações, todos apurados na data em que ocorrer o descumprimento da obrigação de prestar garantia e/ou contragarantia (Cláusulas 10.2 e 10.3, acima) ou de subscrever e/ou de integralizar aumentos de capital (Cláusulas 10.5 e 10.6, abaixo), conforme o caso. As Acionistas desde já acordam e aceitam que o valor apurado sofrerá uma redução de 10% (dez por cento), a título de multa, e o resultado será o preço final a ser pago, pelas demais Acionistas à Parte inadimplente, em dinheiro, no prazo de 10 (dez) dias contados da determinação do valor das ações.

10.4.1. A venda deverá ser feita às Acionistas adimplentes da obrigação na proporção das Ações detidas por cada uma delas, sem considerar a quantidade de Ações detidas pela Parte inadimplente. As demais Acionistas estarão obrigadas a adquirir a parcela das ações detidas pela Parte inadimplente, sob pena de incorrer na mesma penalidade de venda compulsória. A imposição da penalidade prevista nesta cláusula 10.4 e sub-

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3053-3100
AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presente
cópia (reprográfia extraída) contida no
original apresentado, datado
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira
ESCREVENTE AUT.
CUSTAS CONTRIB. P/ VE.



cláusulas somente poderá ser afastada por decisão favorável da totalidade das Acionistas, sem considerar o voto da Parte inadimplente.

10.4.2. Para os fins deste Acordo, entende-se que:

- (i) **valor de mercado** é o valor médio decorrente de negociações em bolsa de valores e/ou mercado de balcão, ocorridas nas quatro semanas imediatamente anteriores à data em que o inadimplemento ocorrer;
- (ii) **valor proporcional ao capital integralizado** é o valor resultante da divisão do total do capital integralizado da Companhia pelo número de ações emitidas, corrigido monetariamente de acordo com o índice correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) da variação do CDI entre a data das integralizações e o efetivo pagamento; e
- (iii) **valor econômico** é o valor calculado pelo método do fluxo de caixa descontado a valor presente, mediante a utilização da taxa de desconto aplicável quando da avaliação, conforme definida pelos bancos que vierem a ser escolhidos nos termos previstos abaixo, observado o disposto nas cláusulas 10.4.2.1; 10.4.2.2. e 10.4.2.3. abaixo.

10.4.2.1. O valor econômico das ações será calculado por 2 (dois) bancos de investimentos de primeira linha, sendo um escolhido pela Parte inadimplente e o outro escolhido pelas Acionistas que estejam adquirindo ações da Parte inadimplente. Os bancos de investimentos deverão ser escolhidos pelas Acionistas no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do inadimplemento e deverão apresentar o valor econômico das ações em questão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a partir de sua contratação pelas Acionistas. As Acionistas, desde já, acordam e aceitam que, na hipótese da Parte inadimplente ou das demais Acionistas deixarem de indicar bancos de investimento para proceder à avaliação, tal falta representará a renúncia ao direito de indicação. Nesse caso, a avaliação apresentada pelo único banco que tiver sido indicado será final, irreversível e incontestável, salvo em caso de erro grosseiro notório.

10.4.2.2 Na hipótese de haver variação igual ou inferior a 15% (quinze por cento) entre o valor econômico apurado pelos dois bancos de investimento para as ações objeto da aquisição, o valor econômico

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1055
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3053-5160
AUTENTICAÇÃO - Autentica a Presença
cópia reproduzida extrair, conforme
original apresentado, dou fé,
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima

ESCREVENTE AUTORIZADO

CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA



a ser utilizado para efeitos desta cláusula será o valor correspondente à média aritmética entre tais valores.

10.4.2.3 Na hipótese de haver variação superior a 15% (quinze por cento) entre o valor econômico apurado pelos dois bancos de investimento para as ações objeto da aquisição, a Companhia deverá escolher um terceiro banco de investimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, que deverá arbitrar, dentro das premissas consideradas pelos dois primeiros bancos, o valor econômico das ações em questão.

10.4.2.4 A Parte inadimplente arcará com os honorários e demais despesas incorridas pelos dois bancos de investimento indicados, e todas as Acionistas suportarão, em partes iguais, os honorários e demais despesas incorridas pelo terceiro banco de investimento que vier a ser contratado pela Companhia.

10.4.3. Para evitar dúvidas ou controvérsias futuras quanto à aplicação das penalidades estabelecidas nesta cláusula 10.4. e sub-cláusulas acima, cada uma das Acionistas neste ato manifesta sua expressa, irrevogável e irretratável concordância quanto aos termos, condições e procedimento para imposição de penalidade estabelecidos neste Capítulo, declarando ser expressão integral da vontade de cada uma das Acionistas.

10.5. **Aumentos do Capital Social – Regra Especial.** Quando não for possível obter recursos por financiamentos ou através de colocação de ações junto a investidores, as Partes deverão subscrever e integralizar ações em aumento do capital social da Companhia, em montante adequado para que a Companhia possa cumprir seu plano de Negócios e o Contrato de Concessão ou firmar empréstimos (mútuos) à Companhia.

10.5.1. As Acionistas expressam, neste ato, o entendimento de que é de extrema importância para o sucesso das operações da Companhia o atendimento do Plano de Negócios e do Contrato de Concessão. Sendo assim, as Acionistas, desde já, acordam que nenhuma das Acionistas poderá recusar-se a subscrever e integralizar ações em aumento do capital social da Companhia quando tais aportes estiverem expressamente previstos e aprovados no Plano de Negócios, sob pena de incorrer na penalidade prevista na cláusula 10.6. abaixo.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1055
(Esq. da R. Funchal) - Tel: 3045-0519/3045-0520
AUTENTICAÇÃO - Autentico
cópia representativa extinta da
original apresentada, dou fe.
S. Paulo,

15º

04 ABR 2008

Paulo M.
ESCREVEN:
CUSTAS CONTR:



Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

- 10.5.2. Na hipótese de qualquer das Acionistas deixar de subscrever e/ou integralizar as ações emitidas em aumento do capital social da Companhia, as demais Acionistas deverão subscrever e integralizar tal participação, na mesma proporção das Ações detidas por cada qual, excluídas as Ações detidas pela Parte inadimplente, sob pena de incorrer na penalidade prevista na cláusula 10.6. abaixo.
- 10.5.3. A opção pela realização de mútuos, em lugar de aportes, deverá ser tomada por quórum de 85% (oitenta e cinco por cento) dos Acionistas, sendo que a rejeição dessa proposta implicará na obrigação prevista na cláusula 10.5, *caput* e itens 10.5.1 e 10.5.2.
- 10.6. **Penalidade para o descumprimento da obrigação de subscrever e integralizar aumentos do capital social.** A Parte que deixar de subscrever e/ou integralizar as ações que proporcionalmente lhe couberem em aumentos de capital social da Companhia, na forma e nos prazos acordados na Assembleia Geral que deliberou sobre o aumento de capital no valor necessário para que a Companhia possa cumprir seu Plano de Negócios e o Contrato de Concessão, ficará sujeita incondicionalmente à penalidade de venda compulsória, às demais Acionistas, da mesma quantidade de ações que a Parte inadimplente tiver deixado de subscrever e/ou integralizar.
- 10.7. Fica desde já esclarecido que a outorga de garantias e/ou contra-garantias pelas Acionistas, ou a subscrição e integralização de ações pelas Acionistas deverá ser feita de forma concomitante e simultânea com todas as demais Acionistas, na proporção das suas respectivas participações acionárias, sob os mesmos termos e condições aplicáveis às demais Acionistas

CLÁUSULA 11 CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS (CSC)

- 11.1 As Acionistas desde já concordam que, para a exploração da Concessão, a Companhia deverá contratar a CCR – divisão Actua ("Actua"), Companhia de Participações em Concessões – divisão Engellog ("Engellog"), e Companhia de Participações em Concessões – divisão Engellogtec ("Engellogtec"), para prestarem serviços técnicos, legais, contratuais, financeiros, contábeis, tributários, entre outros.

CARTÓRIO DO 15º TABULARIO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1056
(Esq. c/a R. Funchal) - Tel.: 3333-3333
AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presente
cópia reprográfada extraída, conforme
original apresentado, dou fé,
S. Paulo,

15º

04 ABR 2018

VALIDO SOFRENTE
COM O SELLO DE
AUTENTICIDADE

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. PI VERBA



- 11.2. A contratação da Actua, Engelog e Engelogtec será feita sob condições de mercado, consideradas as peculiaridades da Concessão.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 12 PODER CONCEDENTE

- 12.1. Não obstante qualquer outro dispositivo deste Acordo em contrário, os seguintes atos somente poderão ser praticados pela Companhia ou pelas Acionistas após prévia autorização do Poder Concedente:

- (i) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia, salvo aquelas de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, que deverão ser objeto de simples comunicação posterior ao Poder Concedente;
- (ii) fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique transferência do controle acionário da Companhia;
- (iii) alienação do controle ou transferência da Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato de Concessão;
- (iv) criação de subsidiárias, inclusive para exploração de receitas acessórias;
- (v) redução do capital social da Companhia;
- (vi) contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela Companhia e relacionadas ao Contrato de Concessão;
- (vii) contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão;
- (viii) alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos bens integrantes da concessão, pela Companhia a terceiros, inclusive seus financiadores ou garantidores;
- (ix) oferecimento, pela Companhia, de créditos e receitas a que fizer jus em decorrência do Contrato de Concessão, como garantia de financiamentos;
- (x) dação de ações ou direitos correspondentes ao controle da Companhia, em garantia de financiamentos; e
- (xi) subcontratação ou terceirização de serviços previstos no Contrato de Concessão.

- 12.2. As Acionistas aceitam que na hipótese de intervenção na Companhia, caberá ao interventor nomeado pelo Poder Concedente o poder de decisão.

CARTÓRIO DO 15º TABELADO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3052-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentica a Presente
cópia xerográfica extraída, conforme
original apresentado, dor
S. Paulo,

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERRA



CLÁUSULA 13 REINVESTIMENTO, POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E REDUÇÃO DE CAPITAL

- 13.1. Os recursos financeiros e econômicos da Companhia serão administrados de forma que as Acionistas recebam o melhor retorno possível sobre seu investimento, desde que observadas as disposições estatutárias e legais aplicáveis, a devida proteção para realização dos investimentos prioritários e necessários da Companhia, bem como o devido cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão.
- 13.2. As Acionistas neste ato concordam em aprovar, nas Assembleias Gerais da Companhia convocadas para deliberar sobre a distribuição de dividendos, a distribuição de dividendos à maior taxa e menor periodicidade possíveis, a qual não deverá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. A porcentagem mínima de distribuição de dividendos prevista nesta cláusula poderá não ser observada caso tal distribuição prejudique os investimentos projetados, a regularidade econômico-financeira da Companhia e o devido cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão e no Plano de Negócios.
- 13.3. Na medida do permitido pela situação financeira e econômica da Companhia, e desde que não haja risco para os investimentos projetados, a regularidade econômico-financeira da Companhia e o devido cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão e no Plano de Negócios, as Partes concordam em aprovar prontamente tantas reduções de capital da Companhia, no maior valor possível, quanto permitidas pelas circunstâncias.

CLÁUSULA 14 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

- 14.1. As Acionistas deverão fazer com que o ano fiscal da Companhia coincida com o ano calendário, e que a Companhia prepare (i) suas demonstrações financeiras auditadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de cada ano em moeda corrente brasileira, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação brasileira, e (ii) uma reconciliação das principais informações de tais demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis do US GAAP (*United States of America Generally Accepted Accounting Principles*).

CARTÓRIO DO
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. d/a R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentica a Presente
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, dou fé.
S. Paulo,

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/VERBA - R\$



CLÁUSULA 15 CONFIDENCIALIDADE

15.1. As Acionistas concordam em tratar, e em fazer com que seus acionistas, afiliadas, subsidiárias, empregados, conselheiros, diretores, administradores, advogados ou auditores tratem, todas as informações, dados, relatórios e outros registros ("Informação") relacionados às Acionistas e reveladas com relação à constituição da Companhia, e toda e qualquer Informação relacionada à Companhia, e a celebração deste Acordo como confidencial, e em não revelar a qualquer outra pessoa, que não seus respectivos acionistas, afiliadas, subsidiárias, empregados, conselheiros, diretores, administradores, advogados ou auditores (os quais deverão ser informados e deverão concordar em se submeter à obrigação de confidencialidade aqui prevista), sem o prévio consentimento por escrito da outra Acionista; ressalvado, no entanto, que nenhuma Acionista será responsabilizada pela revelação da Informação se a Informação: (i) tornar-se amplamente disponível ao público por outro meio que não a revelação pela Acionista ou seus representantes em violação a este Acordo; (ii) foi disponibilizada à Acionista de maneira não confidencial, sem violação ao presente Acordo, anteriormente à sua revelação pela outra Acionista ou seus representantes; ou (iii) se tal revelação for exigida por lei, ressalvado que neste caso a Acionista obrigada a revelar a Informação deverá notificar primeiro a outra Acionista de referido fato e concederá a ele um período razoável de tempo para contestar a obrigação de revelação de referida Informação.

CLÁUSULA 16 PRAZO DO ACORDO

16.1. Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura, observadas as condições previstas nos Considerandos acima, e permanecerá em pleno vigor e efeito por um período de 20 (vinte) anos contados a partir da data de assinatura ou o prazo da Concessão, o que for mais longo, podendo ser prorrogado por períodos adicionais desde que necessário para cumprimento das obrigações oriundas do Contrato de Concessão.

16.1.1. Sem prejuízo das disposições contidas na Cláusula 20.1 abaixo, este Acordo será rescindido em caso de falência, liquidação ou dissolução da Companhia. No caso de cessação do estado de liquidação ou levantamento da falência, a rescisão será automaticamente desconstituída, voltando o Acordo a vigor como se não tivesse sido rescindido.

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presente
cópia representativa extraída, conforme
original apresentado, aqui fé,
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCRIVÃO AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERB.



- 16.2. Na hipótese de rescisão deste Acordo, independentemente do motivo da rescisão, as disposições de confidencialidade, previstas na Cláusula 18.1 abaixo, deverão subsistir por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 17 REGISTRO E ARQUIVAMENTO

- 17.1. Este Acordo será arquivado na sede da Companhia, de acordo com e para os fins do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. A seguinte expressão deverá ser aposta no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, ao lado dos respectivos registros das Ações, e nos certificados de Ações, se emitidos: *"Os direitos de voto inerentes às Ações representadas por este certificado (ou registro), assim como a transferência e oneração destas Ações por qualquer razão que seja, estão vinculadas, e sujeitas ao Acordo de Acionistas celebrado em 02 de abril de 2018"*.
- 17.2. As Acionistas indicarão, no ato de arquivamento, o representante para comunicar-se com a Companhia, prestar ou receber informações, nos termos do art. 118, § 10º da Lei das Sociedades por Ações. A escolha, destituição ou substituição por qualquer modo do representante será feita pela unanimidade das Acionistas enquanto o presente Acordo estiver em vigor.

CLÁUSULA 18 FORÇA OBRIGATÓRIA

- 18.1. Cada Acionista deverá votar, ou fazer com que sejam votadas, suas Ações, de modo a implementar integralmente os termos e condições do presente Acordo.
- 18.2. Na hipótese de qualquer conflito entre as disposições deste Acordo e o Estatuto Social, as disposições deste Acordo deverão prevalecer até o limite permitido pela legislação aplicável. Cada Acionista concorda em votar, ou fazer com que sejam votadas, suas Ações, conforme necessário de forma a fazer com que o Estatuto Social seja alterado para solucionar qualquer conflito em favor das disposições deste Acordo.
- 18.3. A Companhia, mediante a celebração deste Acordo, reconhece, neste ato, que tem conhecimento efetivo dos termos deste Acordo, concorda com tais termos e neste ato acorda com cada uma das Acionistas que a qualquer tempo, durante a vigência deste Acordo, será regida por este Acordo na condução de seus negócios e, nesse sentido, notificará, ou fará com que seja notificada, celebrará ou fará com



que sejam celebrados, tais escrituras, transferências e documentos, e praticará, ou fará com que sejam praticados, todos os atos pertinentes, conforme necessário de tempos em tempos para a observação dos termos e intenções deste instrumento.

CLÁUSULA 19 SOLUÇÃO DE IMPASSE

19.1. Em caso de impasse nas deliberações referidas nas alíneas dos itens 5.5 e 5.7 da Cláusula 5 deste Acordo ("Impasse"), as Acionistas envidarão esforços a fim de buscar uma solução consensual que resolva o Impasse no prazo de 10 (dez) dias da data da Reunião Prévia em que se instalou o Impasse. Enquanto não for alcançado consenso entre As Acionistas, o Plano de Negócios aprovado para a Companhia permanecerá em vigor e aplicado de modo a assegurar o regular funcionamento e a continuidade das atividades da Companhia, devendo sempre ser respeitadas as exigências determinadas no Contrato de Concessão e no Edital de Concessão.

19.1.1. Se, após o prazo referido no item 19.1, persistir um Impasse entre as Acionistas, qualquer das Acionistas poderá enviar à outra uma notificação informando que um Impasse surgiu e perdura.

19.1.2. Recebida a notificação sobre o teor do Impasse, a questão será remetida aos Diretores Presidentes das Acionistas que representarem o Quórum Qualificado, na hipótese de o referido Impasse envolver matéria sujeita à obtenção de Quórum Qualificado para aprovação, ou aos Diretores Presidentes dos acionistas que representarem o Quórum Super Qualificado, no caso de matérias sujeitas ao Quórum Super Qualificado, para que estes possam, de boa-fé, tentar solucionar o Impasse, em um prazo não superior a 20 (vinte) dias da data da notificação (ou um período menor se o assunto em questão for urgente). Caso solicitado por qualquer das Acionistas, poderá ser requerida a manifestação técnica de especialistas no objeto do Impasse, escolhidos conjuntamente pelas Partes e custeados pela Companhia, para subsidiar o entendimento das Acionistas.

19.1.3. Alcançado o consenso, que será manifestado por escrito em documento firmado pelos representantes das Acionistas, a questão será novamente submetida à deliberação das Acionistas, conforme aplicável, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, para sua aprovação formal.



- 19.1.4. Caso não seja alcançado o consenso dentro do prazo previsto no item 19.1.2, o Impasse será submetido ao mecanismo de solução de controvérsias disciplinado na Cláusula 21 deste Acordo.

CLÁUSULA 20 EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 20.1. Este Acordo está sujeito à execução específica de seus termos de acordo com o Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações e os Artigos 461, 639 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

CLÁUSULA 21 LEI APLICÁVEL E ARBITRAGEM

- 21.1. Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias de qualquer natureza (doravante referidos conjuntamente como um "Conflito") surgirem em relação a este Acordo, as Acionistas deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o Conflito. Para tal objetivo, qualquer uma das partes poderá notificar a outra de sua intenção de iniciar o procedimento descrito nesta Cláusula, de acordo com o qual as partes deverão se reunir para tentar solucionar tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé ("Notificação de Conflito").
- 21.1.1. Exceto se disposto de forma contrária neste Acordo, no caso de as Acionistas falharem em chegar a um consenso nos termos da Cláusula 21.1 acima, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega da Notificação de Conflito de uma parte à outra, então o Conflito será solucionado por Arbitragem, como descrito abaixo.
- 21.2. A Arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, perante e de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"). A Arbitragem será conduzida na língua portuguesa.
- 21.3. A Arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros. A Acionista reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pelo CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas Acionistas no prazo estabelecido deverão ser indicados de acordo com as regras do CCBC.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Eq. c/a R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3058-5160
AUTENTICAÇÃO - Autentica a Presente
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, dou fé.
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA



[Handwritten signature]

- 21.4. As Acionistas reconhecem que qualquer uma delas poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência. Portanto, o pedido de uma medida liminar ou cautelar, seja antes ou depois do início do processo de arbitragem, não deverá ser considerado inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas nesta Cláusula. Para tal finalidade, as Acionistas elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 21.5. A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exeqüível contra as Acionistas de acordo com seus termos. As Acionistas acordam que a sentença arbitral será tida como solução do Conflito entre elas e que devem aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O tribunal arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme as leis aplicáveis a este Acordo, inclusive a execução específica. A sentença arbitral poderá incluir dispositivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e despesas. As Acionistas, neste ato, acordam que cada uma deverá arcar com seus próprios custos durante a condução da arbitragem, e a parte à qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra Acionista por toda e qualquer despesa e custo razoável incorrido, inclusive, mas não limitado a honorários advocatícios e despesas com viagens, conforme vir a ser estipulado na sentença arbitral. A execução da sentença arbitral poderá ser realizada por qualquer juízo que tenha jurisdição sobre as Acionistas ou seus ativos.
- 21.6. Este Acordo será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

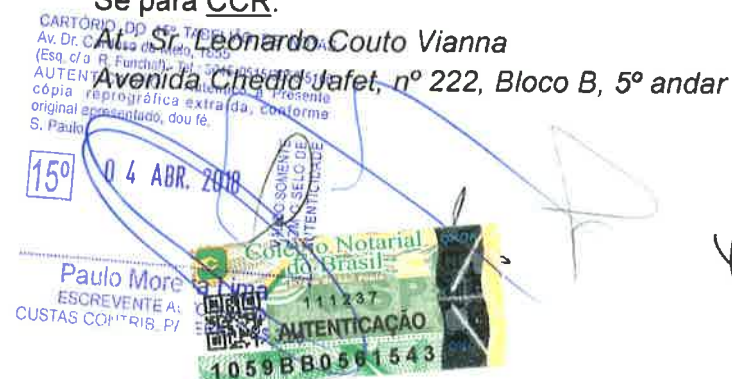
CLÁUSULA 22 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Todas as notificações, consentimentos, requerimentos e quaisquer outras comunicações aqui previstas deverão ser feitas por escrito e deverão ser entregues pessoalmente, enviadas por serviço de mensageiro, ou por correio certificado ou registrado (devolução de recibo solicitada), ou por serviço de courier conforme indicado abaixo:

Se para CCR:

At. Sr. Leonardo Couto Vianna

Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar



São Paulo – SP – CEP 04551-065
 Fone: (0xx11) 3048.5959
 Fax: (0xx11) 3048.5911
 e.mail: leonardo.vianna@grupoccr.com.br

Se para RuasInvest:

At.: Sr. Sérgio Luiz Pereira de Macedo
 Avenida das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste,
 São Paulo – SP – CEP 13280-000
 Fone: (0xx11) 2148 8001 Fax: (0xx11) 2148 8000
 e.mail: sergio.macedo@ruasinvest.com

22.1.1. Notificações entregues de acordo com esta Cláusula deverão ser consideradas entregues na data do protocolo de recebimento, na data de formalização da notificação judicial ou extrajudicial ou 48 (quarenta e oito) horas após o envio em caso de fac-símile, desde que enviado o original por correio ou por courier internacional dentro de 5 (cinco) dias úteis.

22.1.2. Qualquer parte deste Acordo poderá alterar o endereço para o qual a notificação será enviada mediante notificação por escrito à outra parte deste Acordo nos termos desta Cláusula.

22.2. Neste Acordo, a não ser que expressamente previsto de outra forma:

- (i) as palavras “neste ato” e “aqui” e outras palavras de similar importância se referem a este Acordo como um todo e não a qualquer Capítulo ou Cláusula específica e os verbos conjugados no futuro serão interpretados como obrigação das Acionistas, conforme o caso;
- (ii) a menos que o contexto exija de outra forma, as palavras na forma singular incluem a forma plural e vice-versa;
- (iii) os títulos contidos neste Acordo foram incluídos exclusivamente para conveniência e referência e não devem afetar de forma alguma o significado ou a interpretação deste Acordo; e não devem ser utilizados para interpretar, definir ou limitar o escopo, extensão ou intenção deste Acordo ou de qualquer disposição aqui contida.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
 Av. Dr. Cardoso de Melo, 1850
 (Esq. c/ a R. Fundição) - Tel.: 3045-0515/3055-5109
 AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presente
 cópia reprográfica extraída conforme
 original apresentado, dou fé.
 S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
 ESCRIVÃO AUTORIZADO
 CUSTAS CONTRIB. PJ VERBA



- 22.3. Nenhuma disposição e/ou Cláusula contida neste Acordo será considerada com o objetivo de constituir uma Acionista como agente ou representante legal de outra, nem para criar qualquer relacionamento fiduciário entre as Acionistas. Nenhuma Acionista terá poderes para agir por ou para assumir qualquer obrigação ou responsabilidade em nome de outra Acionista, exceto se expressamente previsto de outra forma neste Acordo. Os direitos, deveres, obrigações e encargos das Acionistas devem ser considerados individualmente, e não em conjunto ou coletivamente.
- 22.4. Se qualquer disposição deste Acordo for considerada nula, anulável, inválida ou inoperante, nenhuma outra disposição deste Acordo será afetada como consequência e, da mesma forma, as demais disposições deste Acordo deverão permanecer em total vigor e efeito como se tal disposição nula, anulável, inválida ou inoperante não tivesse sido aqui incluída.
- 22.5. Nenhuma Acionista poderá ceder ou transferir este Acordo, no todo ou em parte.
- 22.6. Este Acordo será vinculante e vigorará para o benefício das partes e seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. Nenhuma disposição deste Acordo, seja expressa ou implícita, tem como objetivo conferir a qualquer pessoa, que não as partes e seus respectivos sucessores e cessionários autorizados, quaisquer direitos, recursos, obrigações ou encargos sob ou por razão deste Acordo inclusive, sem limitação, quaisquer direitos de terceiros beneficiários.
- 22.7. Nenhuma renúncia, rescisão ou desconsideração deste Acordo, ou de qualquer dos termos e disposições aqui contidos, obrigará as partes, a menos que seja feita por escrito. Nenhuma renúncia por qualquer das partes a qualquer termo ou disposição deste Acordo ou a qualquer descumprimento deste Acordo deverá afetar o direito de tal parte de posteriormente exigir o cumprimento de tal termo ou disposição ou de exercer qualquer direito ou recurso na hipótese de qualquer outro descumprimento, seja ou não semelhante.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. da R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3055-5100
AUTENTICAÇÃO - Autêntico a Presença
cópia - reprográfia extraída, conforme
original apresentado, do
S. Paulo,

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTENTICO
CUSTAS CONTRIB.



22.8. Este Acordo não poderá ser modificado ou alterado exceto por instrumento escrito assinado por todas as partes.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 vias originais, de igual teor e forma e para o mesmo efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo, 02 de abril de 2018.



CCR S.A.



RuasInvest Participações S.A.

Testemunhas:

1. 
 Nome: Sérgio Luiz P. de Macedo
 R.G.: RG: 8 374 421-6 SSP/SP
 CPF: 873.663.078-04

2. _____
 Nome: _____
 R.G.: _____





ANEXO 2.2.

Acionistas	Participação em Ações Ordinárias (%)	Participação em Ações Preferenciais (%)	Participação no Capital Social (%)	Total
CCR	83,34	83,34	83,34	
RUASINVEST	16,66	16,66	16,66	
Total	100	100	100	



CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
 Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
 São Paulo - SP - Tel.: 5045-1515/5045-5160
 Autentica a Presente
 Autenticação
 cópia fotográfica extraída, conforme
 original apresentado, do
 Paulo,
 04 ABR. 2018
 150
 Paulo Moreira Lima
 ESCRIVÃO AUTORIZADO
 CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 3,50





ANEXO 8.8.

Acionistas	Participação em Ações Ordinárias (%)	Participação em Ações Preferenciais (%)	Participação no Capital Social (%)	Total
CCR	75	75	75	
RUASINVEST	15	15	15	
Terceiro	10	10	10	
Total	100	100	100	

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
 Av. Dr. Cardoso do Nascimento, 1855
 (Esp. c/a R. Juncal) - 13045-050 - Jundiaí - SP
 AUTENTICAÇÃO - Cópia - Autenticada e Presente
 cópia - reprodução extinta, conforme
 original apresentado, dor. 16.
 S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
 ESCRIVENTE AUTORIZADO
 CUSTAS CONTRIB. P7 VERBA - R\$ 3,50

